

DA DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO MODERNO AO ESTADO PLURINACIONAL: FAZER DEMOCRACIA E JUSTIÇA A DERRIDA.

Guilherme Raimundo da Silva¹ Faculdade de Direito do Sul de Minas

E-mail: guilherme.silva.adv@hotmail.com

Agência Financiadora: Capes

Sessão: Justiça Confrontadas

SUMÁRIO: Introdução/ 1 Acrise do papel mítico da modernidade e a desconstrução do Estado: Surgimento do Estado Plurinacional / 2 O Estado Plurinacional e seus elementos: Possibilidade de Justiça/ 3 Desconstrução Democrática no Estado Plurinacional/ Conclusão.

RESUMO: Tomando-se por marco a desconstrução e a possibilidade de justiça em Jacques Derrida buscou-se compreender o surgimento do Estado Plurinacional, e o rompimento com o paradigma Europeu de Estado Nacional proveniente da Modernidade. O Estado Moderno construído e formado para ser uniformizador e padronizador trabalhou na contaminação dos elementos de sua cultura, apontados por Derrida como suplementos de ficção legítima, nos diversos cantos do Estado Internacional. A partir das novas Constituições do Equador em 2008 e da Bolívia em 2009, entender-se-á as bases essenciais do plurinacionalismo, como a adoção de uma democracia participativa, a descentralização do poder, autonomia, representação dos diversos grupos em especial os povos indígenas e originários e o reconhecimento do multiculturalismo predominante na esfera estatal. Contrapõe-se a monopolização cultural do Estado Moderno uniformizador e padronizador na busca pela construção de uma identidade Nacional, ao se considerar o Estado Plurinacional um sistema efetivo no reconhecimento de uma sociedade plural e diversificada capaz de desconstruir os modelos que até então predominaram. A desconstrução deste pensamento pode se apresentar como possibilidade de justiça.

¹ Mestrando em Constitucionalismo e Democracia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre – MG. Taxa Capes. Bacharel em Direito pela Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS, Alfenas – MG. Aluno destaque acadêmico. Advogado inscrito na OAB/MG.

PALAVRAS-CHAVE: Desconstrução. Modernidade. Justiça. Plurinacionalismo. Democracia.

INTRODUÇÃO

Houve um tempo, nem longínquo nem terminado em que ‘nós os homens’ ‘queria dizer’ nós os europeus adultos machos brancos carnívoros e capazes de sacrifícios. Assim pensa Derrida ao supor que essa (in)justiça sobrepõe o outro vítima da injustiça. “Houve ainda, na espécie humana muitos sujeitos que não são reconhecidos como sujeitos, e recebem tratamento de animal”².

A partir da filosofia da Desconstrução e os elementos expostos por Jacques Derrida em “Força de Lei” para se possibilitar o alcance da justiça, são elaboradas as matrizes para o presente trabalho, no qual analisará os modelos de Estado Nacional moderno e Estado Plurinacional.

Durante as próximas páginas esforçou-se por compor entendimentos sobre a identidade cultural do Estado Moderno predominantemente europeu, que influencia as bases culturais de todo o Estado internacional, por meio do desenvolvimento de um sistema uniformizador e homogêneo, a fim de se estabelecer um esforço desconstrutivo deste atual modelo imperante.

Esses elementos compostos pelo Estado Moderno finalizando a formação da identidade nacional constituem em Derrida artifícios suscitados por uma deficiência natural, formando-se um suplemento de ficção legítima.

O problema da crise moderna se reflete na descaracterização da identidade nacional do Estado, que se vê incapaz de preservar a identidade, basicamente europeia, formada a partir da composição de um povo igual e de uma cultura entendida única e superior as demais que foram excluídas por entendidas inferiores.

² DERRIDA, Jacques. Do direito a justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.p. 34.

A partir do contraponto à modernidade recheada por uma cultura uniformizante, padronizante e excludente, são estabelecidas as diretrizes para a construção de um novo modelo democrático estatal que rompa com o sistema imposto pelos ditos culturalmente superiores buscando a consolidação de um sistema multicultural que intensifica as bases culturais ditas inferiores.

Neste contexto o trabalho estuda o surgimento do Estado plurinacional, especificamente a partir do novo constitucionalismo latino-americano desenvolvido nos Estados do Equador e da Bolívia, seus principais aspectos e conceitos, para a desconstrução do atual paradigma de Estado Moderno proveniente das experiências europeias e propagado por toda a sociedade internacional, sobretudo nos processos de colonização da América Latina.

O novo modelo de Estado incorporado pela plurinacionalidade, elemento chave no reconhecimento das diversidades e multiculturalidades dos povos, em especial os indígenas, ordena-se num sistema de descentralização estatal, a partir da ideia de que um poder descentralizado integra as diversas classes sociais na representação política, dando assim autonomia aos povos originários e indígenas de modo com que se desconstrua a ideia de um poder centralizado pautado num executivo forte representante das classes altas.

A partir das experiências latino-americanas que consolidaram a ideia de plurinacionalidade e reconhecimento do ‘outro’ e ‘diverso’, trabalha-se na hipótese de que o Estado Plurinacional estabeleça as diretrizes para um novo conceito e visão política de Estado Moderno que predominantemente se apresenta eurocêntrico.

Ainda descontrói-se a ideia de democracia presente no Estado Nacional para a possibilidade de uma reinvenção democrática no Estado Plurinacional ao tempo que se prioriza uma política participativa, que agrega as opiniões de todas as culturas e grupos, em especial os que historicamente foram radicalmente encobertos.

As reflexões a cerca do modelo estatal plurinacional ensejam a abertura de novas tendências no direito contemporâneo, a partir de uma releitura das instituições democráticas, a desconstrução do direito a partir de Derrida para um novo direito mais justo, incorporado sobre novas bases e novos elementos.

1 A CRISE DO PAPEL MÍSTICO DA MODERNIDADE E A DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO: O SURGIMENTO DO ESTADO PLURINACIONAL

Como entender esse papel sempre injusto da força da lei? E por outro lado essa violência que se julga sempre injusta?³ Este questionamento nos insere em um rompimento dogmático a partir do pensamento desconstrutivista de Jacques Derrida. Propõe-se um questionamento nem fundamentalista nem anti-fundamentalista sobre os fundamentos do direito, da moral e da política dominantes no atual estágio. Isso se faz necessário no momento moderno que situamos a reflexão, pois existe uma autoridade revestida de uma força legítima da força questionadora, a respeito da qual pode nos perguntar de onde ela tira essa força tão grande em nossa tradição⁴.

A partir de Derrida nos propomos a entender a força construída e a autoridade delegada a um Estado Moderno culturalmente padronizado e uniformizador de seus próprios conceitos para colocá-lo na discussão das suas bases e tentar identificar a possibilidade de (in)justiça em seu processo construtivo.

A história da cultura moderna instalada nos diversos lugares do planeta, mais especificamente na América Latina, em que os colonizadores europeus, no processo de conquista e tomada de território, trataram de universalizar sua cultura ‘civilizada’ apagando as pluralidades das expressões dos povos originários, nos aloca no pensamento derridiano de que é a força, a violência gestada e gerida pelo direito em todas as suas possibilidades que constrói o paradoxo entre direito e justiça ou autoridade.

Em “Força de Lei, o fundamento místico da autoridade” Derrida acentua a aplicação da justiça no emprego da força, de modo que é preciso, pois colocar juntas a justiça e a força; e, para fazer com que aquilo que seja justo seja forte, ou aquilo que é forte, seja justo⁵. Desse modo abre-se um questionamento no sentido de se averiguar a (in)existência de justiça na força moderna imposta sobre os povos colonizados.

A modernidade surge dentro de um contexto cultural notadamente influenciado pela razão empírica. Desse modo o moderno empírico destaca-se como cultura superior que

³DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 65

⁴DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 13

⁵DERRIDA, Jacques. op. cit. p. 19

contamina todo o Estado internacional. Nas palavras de Dussel⁶ a modernidade incorpora o mito da própria cultura moderna como cultura superior, sendo esta mais desenvolvida e por outro lado, a outra cultura é determinada como inferior, rude, bárbara, sempre sujeito de uma “imaturidade” culpável. Desta maneira entende-se que a dominação, retratada na guerra ena violência, exercida sobre o outro é, na realidade emancipação, utilidade, “bem” do bárbaro que se civiliza, se desenvolve e se moderniza.

Parece que as justificativas modernas para a imposição de seus costumes e suas culturas aos povos incivilizados são justas em sua própria visão, privilegiando-se concomitantemente os interesses do homem moderno e os interesses do ‘outro’. No entanto não há justiça, mas suplementos de ficções legítimas, que Derrida aponta como artifícios suscitados por uma deficiência da natureza, como se a ausência do direito natural suscitasse o suplemento de direito histórico ou positivo, isto é, um acréscimo de ficção⁷. De fato a modernidade é calculada sobre estes elementos que visam suplementar as ‘lacunas’ observadas. É o bem calcado de ficção.

Não se mostra justa a construção da cultura moderna europeia sobre os escombros culturais dos povos originários latino-americanos neste contexto. Há ali um silêncio murado na estrutura violenta do ato fundador⁸.

Boaventura de Souza Santos nos esclarece que o Estado Moderno surge a partir de uma “simplificação brutal da vida”, sendo a construção do Estado Moderno intimamente ligada à construção de uma identidade nacional, ou em outras palavras, da imposição de valores comuns que deveriam ser compartilhados pelos diversos grupos étnicos, sociais, para que assim todos reconhecessem o poder do Estado⁹.

O Estado Moderno é construído sobre as bases da ideologia da uniformização e padronização, se constituindo basicamente como um Estado homogêneo preenchido por um povo nacional, um povo “igual”¹⁰. A busca pela construção de uma identidade nacional ocasionou um grande massacre das diversas culturas que predominavam um território.

⁶DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade, p. 75 apud AFONSO, Henrique Weil; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O Estado Plurinacional da Bolívia e do Equador: Matrices para a releitura do Direito Internacional Moderno. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional. 2011. p. 268

⁷DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 22.

⁸DERRIDA, Jacques. op. cit. p. 25.

⁹SANTOS, Boaventura de Sousa. Pensar el Estado e La sociedad: desafios actuales. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009, p. 205. apud AFONSO, Henrique Weil; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. op. cit. p. 266.

¹⁰MAGALHÃES. José Luiz Quadros de. O estado plurinacional e o direito internacional moderno. Curitiba: Juruá, 2012. p. 17-18.

Podemos encontrar tais marcas e sinais da modernidade nos diversos processos de colonização e dominação europeia dos povos latino-americanos, sendo estes durante séculos espaços de exploração. Essa imposição de costumes denominados justos e superiores traz ao centro da discussão a utilização expressão muito utilizada por Derrida quando relata a respeito do fundamento místico da autoridade, ou seja, a essência da justiça é a autoridade do superior.

O fundamento místico da autoridade das leis para Derrida ao citar Pascal e Montaigne, se funda justamente pelo motivo de serem regras, não porque são ou não justas, mas porque simplesmente são leis¹¹. Na busca pela padronização e a imposição de uma identidade Nacional o misticismo autoritário se apresenta desde a origem até o presente.

O que há, a partir de então é uma imposição de valores, costumes, ideologias e interesses, abafando profundamente as expressões culturais do ‘outro’.

Esse retrato se estende até o tempo atual, visto que todas as ideias decorrentes da teoria do estado, das instituições como soberania, capitalismo e centralização de poder se decorrem da modernidade. A construção da identidade nacional e das bases do Estado Moderno é analisada por Magalhães¹² ao concluir que a identidade nacional é fundamental para a centralização do poder e para a construção das instituições modernas, que nos acompanham até hoje, sem as quais o capitalismo teria sido impossível. E elenca exemplos destas instituições: o poder central, os exércitos nacionais, a moeda nacional, os bancos nacionais, o direito nacional uniformizador, especialmente o direito de família, de sucessões e de propriedade, a polícia nacional, as polícias secretas e a burocracia estatal, as escolas uniformizadoras e uniformizadas.

A ocultação pelo invasor é a melhor atitude para que se fossem apagadas as diversas formas de pensamento e expressão que existiam entre os povos originários, antes dos processos de colonização. O ocultamento, se assim podemos chamar, ou também a (des)construção atingiu tanto a cultura quanto a economia, estas encobridas pela hegemonia que operava na padronização da língua, da religião e da moeda.

Há que lembrarmos, também, que a construção do Estado Nacional, de maneira especial na América Latina incute até os dias de hoje o sentimento de ser colonizado, mesmo após os movimentos de independência dos vários Estados, ou seja, depois dos movimentos pelas independências na América Latina, o colonialismo continuou, só que de outros meios,

¹¹DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. *In*:Força de Lei: O fundamento místico da autoridade.Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.21

¹² MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Culturalismo e Universalismo diante do Estado Plurinacional. *In*: Revista Mestrado em Direito – UNIFIEO. n.2. Osasco. 2010. p. 202.

tais como: através da ingerência do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, em resumo, através do mercado global transnacional pautado economicamente pelo sistema capitalista consumista¹³.

Com o advento da pós-modernidade este Estado moderno padronizador e simplificador, entra numa crise generalizada dos conceitos. Essa crise conceitual e sistêmica oriunda da aparição de novos fenômenos, como o novo constitucionalismo latino-americano que será abaixo explanado, carrega evidências à desconstrução da ideia de Estado para o surgimento de novos modelos.

A crise que se fala, conforme opina Fraser¹⁴, encontra-se no fato de a ordem internacional, dominada por Estados soberanos, inicia um desgaste, ou seja, aos poucos está sendo substituída por uma ordem globalizada, que reduzirá a capacidade de governação dos Estados Nacionais, afinal, esses já não correspondem mais aos anseios da sociedade do conhecimento em que estamos inseridos. Em outras palavras, Fraser analisa que a sociedade contemporânea está perto de uma importante transformação social, onde a globalização exerce um papel fundamental.

Nesse sentido Bittar¹⁵ opina que as crises da modernidade afetam as classes sociais distintas, e que comprometem inclusive a eficácia dos mecanismos sociais de controle de conduta. Se a crise é generalizada não se pode então medir quais os sistemas mais afetados pela acentuada decadência do sistema jurídico, político e econômico estatal.

A crise moderna clama por desconstrução, pois nada mais justo do que se construir e desconstruir. É um ciclo o qual nos insere em participação constante.

Neste contexto crítico do Estado Moderno inserimos o germinal do novo constitucionalismo Latino-Americano, que se propagou inicialmente, por meio das experiências constitucionais do Equador em 2008 e da Bolívia em 2009. Embora possamos encontrar traços importantes de transformação do constitucionalismo moderno já presentes nas constituições da Colômbia de 1991 e da Venezuela de 1999, são as constituições do Equador e da Bolívia que efetivamente apontam para uma mudança radical que pode representar,

¹³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar El Estado Y La Sociedad: desafios actuales*. Buenos Aires: Waldhuter Editores. 2009. p. 198 (aqui traduzido).

¹⁴ FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. por TAVARES, Teresa. In.: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63. 2002.

¹⁵ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *O direito na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

inclusive, uma ruptura paradigmática não só com o constitucionalismo moderno, mas também com a própria modernidade¹⁶.

Estas experiências marcam o início de um novo conceito de Estado moderno, desconstruindo o pensamento atual e incorporando um novo fenômeno que tem redirecionado a leitura das questões democráticas, denominada plurinacionalidade. Assim não é uma infelicidade que o direito seja desconstruído(vel), mas é uma chance política de se encontrar o progresso histórico¹⁷.

Diante da crise da modernidade, tem-se consequentemente uma crise do papel uniformizador e normalizador do Estado. Desse modo se admite não tão somente o reconhecimento dos padrões, mas aquilo que está fora, a margem do padrão, buscando-se desocultar o oculto. Na reflexão de Grijalva¹⁸, “o direito à identidade e diferença cultural deve inscrever-se em um marco de direitos humanos conforme vão sendo definidos pelo Estado plurinacional”.

A luta pelo reconhecimento à diversidade e a incorporação desse direito nas constituições foram ocorrendo gradativamente nos últimos anos. Tomamos por exemplo o Estado equatoriano, que desde sua independência política em 1830, foi regido por dezoito constituições. Os textos constitucionais do século XIX espelharam as dinâmicas sociais de um país dominado por elites e oligarquias, com forte influência destas na vida política e econômica, em detrimento da participação dos povos e comunidades originárias. Temos a figura de um Estado totalmente centralizado, cuja centralização era composta por um executivo forte. A questão econômica não era tratada devidamente, prevalecendo o embate entre conservadores e liberais pelo controle da máquina pública. O reconhecimento dos direitos individuais é notado nas primeiras Cartas do século XX. Já no começo deste período trabalhadores, camponeses e povos originários compuseram forte oposição às práticas oligárquicas. A busca por maior participação na vida política motivou estes grupos a disputarem eleições, ocupando cargos públicos e lutando por reformas sociais, econômicas e políticas¹⁹.

¹⁶MAGALHÃES. José Luiz Quadros de. O estado plurinacional e o direito internacional moderno. Curitiba: Juruá, 2012. p. 17.

¹⁷DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 26

¹⁸GRIJALVA, Augustin. El Estado Plurinacional e Intercultural em La Constitución Ecuatoriana Del 2008. In: Revista Ecuador Debate. 2008.

¹⁹ORTIZ C. Santiago. La Nueva Constitución y los nudos problemáticos de La organización territorial. In: Analisis de La nueva Constitución. ILDIS. Quito: Revista La Tendencia. 2008. p.214-217

Denota-se que as buscas constantes por novos direitos e reconhecimento de novas tendências ou paradigmas ocasionaram uma significativa revolução no pensamento democrático, no sentido de se alcançar o verdadeiro conceito de justiça. Em Derrida temos as matrizes e procedimentos perfeitos para essa (des)construção.

2 O ESTADO PLURINACIONAL E SEUS ELEMENTOS: POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA

O constitucionalismo plurinacional é (ou deveria ser) um novo tipo de constitucionalismo baseado em relações igualitárias que visam redefinir e reinterpretar os direitos, reestruturando as instituições provenientes do Estado Nacional. O Estado plurinacional não deve ser reduzido somente a uma constituição que inclui o reconhecimento puramente culturalista, às vezes apenas formal, mas deve por meio do Estado instrumentalizar as pretensões do novo modelo, inclusive na admissão do domínio dos povos e suas distintas culturas, enfim o domínio do outro²⁰.

Em Derrida essa formalização do reconhecimento do outro é justamente a desconstrução do direito e o alcance da justiça. A partir de uma grande interlocução com Levinas, Derrida lança ideia que a justiça é a relação com o outrem. Somente assim teremos um direito infinito cuja base não é o conceito de “homem”, mas o de “outrem”: A extensão do “direito de outrem” é a de “um direito praticamente infinito”²¹.

Conforme Magalhães²² a ideia de Estado Plurinacional pode superar as bases uniformizadoras e intolerantes do Estado nacional, onde todos os grupos sociais devem se conformar aos valores determinados na constituição nacional em termos de direito de família, direito de propriedade e sistema econômico, entre outros aspectos importantes da vida social. A grande revolução do Estado Plurinacional é o fato de que este Estado constitucional, democrático participativo e dialógico, pode finalmente desconstruir as bases teóricas e sociais do Estado nacional constitucional e democrático representativo (pouco democrático e nada

²⁰ GRIJALVA, Augustin. El Estado Plurinacional e Intercultural em La Constitución Ecuatoriana Del 2008. In: Revista Ecuador Debate. 2008. p. 50-51.

²¹ DERRIDA, Jacques. Do direito a Justiça. In: Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.42.

²² MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; WEIL, Henrique. Bioética no Estado de Direito Plurinacional. In: Revista Direitos Culturais, v.5. 2010. p. 17-18.

representativo dos grupos não uniformizados), uniformizador de valores e, logo, radicalmente excludente.

O Estado Plurinacional a partir da filosofia desconstrutivista derridiana sugere a justiça como possibilidade de desconstrução da estrutura dominante, da fundação, da auto-autorização do direito.

Tanto a nova Constituição equatoriana quanto a Boliviana instituiu, portanto as bases para a construção de uma sociedade multicultural neste país. Tanto a ênfase aos direitos culturais dos diversos povos quanto o diferencial desta nova formulação estatal(plurinacionalidade) repousam na instituição de um sistema democrático e multicultural. Considera-se que essa perspectiva latino-americana marca o início de um novo tempo no reconhecimento das transformações sociais e no dinamismo cultural dos povos.

O nascimento do Estado Plurinacional, modifica a ideia da dominação de alguns grupos – civilizados - imposta pelo Estado Moderno Nacional, enfatizando a encampação da soberania pelos grupos sociais desdenhados no passado. Sua vertente redescobre uma América Latina inclusive indígena, democrática, igualitária, social e culturalmente diversificada. Esses fatores recrudesce a esperança de união entre os povos latino-americanos para confrontar os fenômenos contemporâneos, tal como a globalização²³.

Este também é o entender de Boaventura de Souza Santos²⁴ ao contrapor o constitucionalismo moderno, no qual os conceitos de povo e soberania popular contribuíram para a uniformização cultural por meio da sobreposição da cultura dominante, dita civilizada, por sobre as demais formas de organização familiar, econômica e política, ao constitucionalismo plurinacional, sendo que este deve se desenvolver atendendo as peculiaridades dos processos histórico-sociais de cada Estado. Afirma ainda que não existe um modelo de Estado Plurinacional, e sim modelos de Estados Plurinacionais que devem superar a dicotomia tradicional/contemporâneo, galgando uma equivalência entre “o que é simultâneo e o que é contemporâneo: cada um à sua maneira, porém contemporâneos ao final”.

Apesar de se verificar semelhanças entre o modelo plurinacional e o de demais Estados conhecidos como Regionais, como a Itália e a Espanha, o paradigma plurinacional traz diferenças notáveis, conforme a comparação de Magalhães, ao verificar que o Estado

²³ JUNIOR, Luiz Márcio de Siqueira; ABRAS, Michele. A autodeterminação dos povos no Estado Plurinacional: Da integração latino-americana à objeção dos efeitos perversos da globalização. In: Revista da Faculdade Mineira de Direito. v.13, n. 26. 2010. p. 39.

²⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pensar el Estado e La sociedad: desafios actuales*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009. p. 209. apud AFONSO, Henrique Weil; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. op. cit. p. 273.

Plurinacional vai muito além do regionalismo presente no constitucionalismo italiano em 1947 e o constitucionalismo espanhol em 1978, uma vez que nestes países, embora a constituição tenha admitido a autonomia administrativa e legislativa das comunidades autônomas ou regiões, reconhecendo a diversidade cultural e linguística, mantém a base uniformizadora, ou seja, um direito de propriedade e um direito de família²⁵. Frisa-se que no Estado Plurinacional os direitos de propriedades e o Direito de Família são amplos, de modo que cada região e comunidade autônoma possui a sua própria legislação. Destarte, cabe mencionar, o rompimento de um sistema monojurídico para o estabelecimento de um sistema plurijurídico, ou seja, dentro do novo modelo verifica-se a existência de vários sistemas jurídicos, de modo que cada comunidade étnica possui o seu próprio sistema e seu próprio direito.

Além disso, destaca-se a criação da justiça indígena, a participação dos povos originários no poder como representantes; a descentralização estatal e autonomia, no qual há uma transferência de competências e funções dando celeridade aos procedimentos administrativo-estatais, de modo a melhor atender as necessidades da população.

A plurinacionalidade surgida neste espaço latino-americano se amolda literalmente ao contexto cultural dos países que apresentam um dinamismo étnico e a maior diversidade do mundo. A estrutura desconstrutível do direito e imposições do Estado Moderno europeu torna possível a construção justa de um novo direito e de uma nova democracia.

3 DESCONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO PLURINACIONAL

A desconstrução democrática apresentada pelo Estado Plurinacional encontra marco a partir do desejo de integração e aproximação ativa entre os representantes e os representados, para que se construa uma nova forma de poder democrático.

De fato a democracia representativa no Estado Nacional guarda o caráter hegemônico e padronizado proveniente da modernidade e da globalização. Souza Santos²⁶

²⁵MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Culturalismo e Universalismo diante do Estado Plurinacional. In: Revista Mestrado em Direito UNIFIEO. n.2. Osasco, 2010.

²⁶SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: Os caminhos para uma democracia participativa. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. p.110.

analisa que é na política dos movimentos de base, onde o alcance da democracia é ativamente buscado e expandido e que a democracia participativa é concebida, não apenas como desejável, mas como uma forma de organização e uma prática política necessária.

É verificável que sob as condições da globalização, as instituições de democracia representativa nacional são subordinadas ao poder hegemônico global, com suas estruturas políticas e econômicas de decisão, ficando mais distantes e, até mesmo, alienadas das populações. É nesse contexto que a política continuada de democracia participativa iniciada por parte dos movimentos teve uma nova relevância²⁷.

Também entende Fraser²⁸ que o Estado para alcançar o ideal de justiça e o reconhecimento do outro, deverá requerer arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade interagir entre si como pares. São necessárias pelo menos duas condições para que a paridade participativa seja possível. Uma das condições requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem igual respeito por todos os participantes e garantam iguais oportunidades para alcançar a consideração social.

O reconhecimento de direitos historicamente recusados e ocultados aos povos originários da América Latina é consolidado gradativamente em função da abertura para um canal de comunicação mais estreito entre o Poder Público e a população. Prioriza-se um modelo de institucionalização arvorado na democracia participativa, embora ainda perdurem resquícios do modelo democrático representativo, ou seja, nessa nova sistemática há representação de diversos grupos sociais na tomada de decisões políticas, sendo que os referidos segmentos participam amplamente das discussões sem qualquer tipo de limitação²⁹.

Nesse sentido, tem-se que a tomada da gestão Estatal sob o aspecto da plurinacionalidade e com essa tendência forçosamente democrática concebe o enaltecimento

²⁷SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: Os caminhos para uma democracia participativa. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.p. 110

²⁸ FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. TAVARES, Teresa. In.: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.63, outubro de 2002.p.13.

²⁹ GRIJALVA, Augustin. El Estado Plurinacional e Intercultural em La Constitución Ecuatoriana Del 2008. In: Revista Ecuador Debate. 2008. p. 53. “Grijalva ainda afirma que este constitucionalismo plurinacional deve ser dialógico, concreto e garantista. Dialógico porque conforme necessário requer a comunicação e deliberação permanente de abordagem do outro, o diferente. O nível constitucional no que diz respeito aos direitos das nacionalidades e povos indígenas deve operar interculturalmente. [...] Concreto porque precisa encontrar soluções específicas e ao mesmo tempo consistentes para situações individuais e complexas, e por sua vez, tais situações devem se generalizar para aplicação em situações comparáveis. Para lograr esse encontro entre a norma e a realidade social e cultural, a integração constitucional deve em si mesma ser intercultural e interdisciplinária. [...] Garantista porque essas soluções resultantes em torno dos problemas concretos devem ter por marco a compreensão e a vigência intercultural dos valores constitucionais institucionalizados nos tratados de Direitos Humanos.

da figura dos grupos oprimidos e explorados,³⁰ considerados inferiores e opostos à cultura entendida como superior nos países europeus.

A reinvenção democrática do Estado, ao incorporar a plurinacionalidade apresenta uma emancipação social contra hegemônica, pois abre as portas para a ascensão de uma sociedade multicultural e plural, sobretudo, dos grupos e povos originários.

A ideologia agora parte do pressuposto de que não há cultura dominante de um lado e culturas submissas de outro, mas que o ideal de igualdade deve se amoldar às diferentes formas de expressão tendo o reconhecimento do outro no ápice dos projetos.

Adota-se como exemplo o caso do Estado boliviano que a partir da Constituição de 2008 incorporou no plano político os seus povos originários³¹, tendo no conteúdo das regras constitucionais, em sua maioria, a regulamentação das questões indígenas. Dentre alguns exemplos do texto constitucional temos a equivalência da justiça indígena à justiça institucionalizada; a garantia de representação dos povos originários no parlamento; a reorganização territorial do país, o que garante autonomia às frações territoriais (departamental, regional, municipal e indígena), cada uma delas podendo organizar suas eleições e administrar os recursos econômicos; e o reconhecimento dos direitos de família e propriedade de cada povo originário, são alguns dos pontos essenciais da nova democracia constitucional³².

Magalhães aposta em uma democracia pautada no consenso, que mesmo que provisório, mas não majoritário e hegemônico. Ao contrário da democracia moderna essencialmente representativa, a democracia do Estado plurinacional vai além dos mecanismos representativos majoritários. Não quer dizer que estes mecanismos não existam, mas, sim, que devem ceder espaço crescente para os mecanismos institucionalizados de construção de consensos³³.

As bases construtoras do Estado Plurinacional surgido neste novo contexto constitucional latino-americano, podem possibilitar a justiça, do mesmo modo, essa possibilidade pode ser verificada na desconstrução da democracia representativa pautando-se

³⁰ JUNIOR, Luiz Márcio de Siqueira; ABRAS, Michele. A autodeterminação dos povos no Estado Plurinacional: Da integração latino-americana à objeção dos efeitos perversos da globalização. In: Revista da Faculdade Mineira de Direito. v.13, n. 26. 2010. p. 39

³¹ Os povos originários – aquele conjunto de indivíduos que, originariamente, habitam determinado território – no caso as diversas tribos e ou indígenas - ou aqueles de migração forçada – historicamente os africanos.

³² MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; WEIL, Henrique. Bioética no Estado de Direito Plurinacional. In: Revista de Direitos Culturais, vol. 5, no. 8, p. 13-26, 2010.

³³ MAGALHÃES. José Luiz Quadros de. O estado plurinacional e o direito internacional moderno. Curitiba: Juruá, 2012. p. 54.

numa democracia de caráter participativo. Assim a representação do povo não será somente exercida pelas classes sociais superiores, mas por todas as camadas, destacando-se a participação dos povos indígenas e de cultura diversa, num processo participativo e dialógico.

CONCLUSÃO

A lógica que envolve o poder e a cultura dominante no Estado sempre relacionou as culturas ditas inferiores com a ideia de dominada, o que por muito tempo nos fez pensar que o melhor para todos era essa identidade estatal uniformizada e normalizadora. Contudo essa lógica causa o fenômeno da exclusão, uma vez que nem todos conseguem se amoldar às exigências do Estado Moderno capitalista.

Operou-se neste contexto a construção de uma injustiça mascarada por suplementos de ficção legítima. A partir de então se encontrou as premissas para uma desconstrução das superestruturas do direito que ocultam e refletem, os interesses das classes dominantes.

A exposição do plurinacionalismo fez com que a ideia de Estado Nacional venha ser totalmente discutida, o que nos faz optar pela desconstrução destes pensamentos dominantes a fim de que se possibilite a prevalência daquilo que é verdadeiramente justo.

Ao repensarmos o Estado de modo que seja protagonizado o respeito às diferenças étnicas e culturais, por meio da compreensão da existência de uma sociedade multicultural e plural, inauguramos a construção de um novo paradigma estatal que pode não apenas tolerar, mas introduzir os diferentes povos que compõem o território no núcleo estatal. Em Derrida isto é o cerne do direito que se pauta no conceito de outrem.

O Estado plurinacional ao incorporar no centro das discussões públicas a representação dos povos originários, radicalmente excluídos no contexto histórico, abre as portas para todos, de modo que estes também participem do poder e experimentem o verdadeiro sabor da democracia.

A reinvenção democrática propiciada pelo pluriculturalismo ou plurinacionalismo enseja uma democracia participativa e dialógica, não apenas representativa das culturas civilizadas dominantes, mas representativa de todas as culturas, em especial as que foram historicamente foram desconstruídas e que agora se reconstróem diante da desconstrução das que se construíram em seu lugar.

Fazer justiça a Derrida exige a força legítima da lei, inclusive as matrizes reais da desconstrução. Neste final Derrida nos remete a uma conclusão cabal de que a desconstrução é a justiça. A partir de Derrida obteve-seas compreensões necessárias para a análise das origens do discurso democrático do Estado Plurinacional, para que seja possível a infinidade de uma justiça comprometida e forte. Que pronuncie o que deseja de nós.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O direito na pós-modernidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DERRIDA, Jacques. Força de Lei: O fundamento místico da autoridade. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento de lOtro – hacia el origen del mito de La modernidad.La Paz, Bolivia: Plural, 1994.

FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. TAVARES, Teresa. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.63, outubro de 2002.

GRIJALVA, Augustin. El Estado Plurinacional e Intercultural em La Constitución Ecuatoriana Del 2008. In: Revista Ecuador Debate. Disponível em<<http://www.ecuadordebate.com/wp-content/uploads/2010/06/Ecuador-debate-75.pdf>>. Acesso em 25 de julho de 2014.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. Tradução George Sperber, Paulo Astor Soethe, Milton Camargo Mota. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

JUNIOR, Luiz Márcio de Siqueira; ABRAS, Michele. A autodeterminação dos povos no Estado Plurinacional: Da integração latino-americana à objeção dos efeitos perversos da globalização. In: Revista da Faculdade Mineira de Direito. v.13, n. 26. 2010.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Culturalismo e Universalismo diante do Estado Plurinacional. In: Revista Mestrado em Direito UNIFIEO.n.2. Osasco, 2010.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O estado plurinacional e o direito internacional moderno. Curitiba: Juruá, 2012.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; WEIL, Henrique. Bioética no Estado de Direito Plurinacional. In: Revista de Direitos Culturais, vol. 5, no. 8, 2010.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; AFONSO, Henrique Weil. O Estado Plurinacional da Bolívia e do Equador: Matrizes para a releitura do Direito Internacional Moderno. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional. 2011.

ORTIZ C. Santiago. La Nueva Constitución y los nudos problemáticos de La organización territorial. In: Analisis de La nueva Constitución. ILDIS. Quito: Revista La Tendencia. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pensar el Estado e La sociedad: desafios actuales. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a Democracia: Os caminhos para uma democracia participativa. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.